

PREGÃO ELETRÔNICO

90050/2026

CONTRATANTE (UASG)

120638

OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL / PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 112.442,46

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 20/05/2026 às 09h30min (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço

MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



**PREGÃO ELETRÔNICO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
BASE AÉREA DE CAMPO GRANDE**

MODELO DE EDITAL

**Pregão Eletrônico Nº 90050/2026
Processo Administrativo nº 67261.008626/2025-21**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) BASE AÉREA DE CAMPO GRANDE, CNPJ 00.394.429/0007-04, por meio do(a) seção de licitações e contratos, sediado(a) duque de caxias, 2905, bairro santo antonio, na cidade de Campo Grande/MS, CEP 79008-002, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: conforme capa

Hora Inicial : 09:30

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é AQUISIÇÃO DE MATERIAL / PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em 159 (cento e cinquenta e nove) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para os itens 1 a 159 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123 de 2006](#).

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1996, concorrendo entre si;

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: NOV/2025

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Código de Identificação Ger@AGU: 0ac45d1773931271779

3.9.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: NOV/2025

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Código de Identificação Ger@AGU: 0ac45d1773931271779

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

5.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: NOV/2025

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Código de Identificação Ger@AGU: 0ac45d1773931271779

5.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#), para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.5 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
item.

6.1.1. Valor expresso em Reais (R\$).

Seq	Item/Grupo	Periodicidade
1	1	Unitário

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de

Seq	Item/Grupo	Intervalo Mínimo (em R\$)
1	1	R\$ 0,01

- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto e fechado.
- 7.11. No modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do [Decreto nº 11.430, de 2023](#), e da [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#);

7.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#).

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2. empresas brasileiras;

7.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: NOV/2025

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Código de Identificação Ger@AGU: 0ac45d1773931271779

7.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibi-

lidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

8.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

8.10.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação inte-

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: NOV/2025

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Código de Identificação Ger@AGU: 0ac45d1773931271779

grada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei .

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: NOV/2025

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Código de Identificação Ger@AGU: 0ac45d1773931271779

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: NOV/2025

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Código de Identificação Ger@AGU: 0ac45d1773931271779

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico licitacoes.bacg@fab.mil.br

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: NOV/2025

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Código de Identificação Ger@AGU: 0ac45d1773931271779

- 14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 14.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou
 - 14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
 - 14.1.6. fraudar a licitação;
 - 14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
 - 14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 14.2.1. advertência;
 - 14.2.2. multa;
 - 14.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 14.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: NOV/2025

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Código de Identificação Ger@AGU: 0ac45d1773931271779

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licitacoes.bacg@fab.mil.br

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: NOV/2025

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Código de Identificação Ger@AGU: 0ac45d1773931271779

- 16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

16.11.2. ANEXO II - Projeto Básico

16.11.3. ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato

16.11.4. ANEXO IV - Minuta de Ata de Registro de Preços

16.11.5. ANEXO V - Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

16.11.6. ANEXO VI - Termo de Ciência e concordância

Campo Grande , 9 de abril de 2026

Campo Grande, conforme assinatura eletrônica.

DANIEL LUCAS EBRENZ 1º Ten Int
Gestor de Licitações



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	EDITAL
Data/Hora de Criação:	19/03/2026 17:03:30
Páginas do Documento:	21
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	22
Hash MD5:	6fcdc3acf2ff87b57ce9e6e6c1d708c6
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten DANIEL LUCAS EBRENZ no dia 20/03/2026 às 11:01:01 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten SUELI HOFFMANN DE OLIVEIRA no dia 25/03/2026 às 10:30:37 no horário oficial de Brasília.

BASE AÉREA DE CAMPOGRANDE

Termo de Referência 151/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
151/2025	120638-BASE AÉREA DE CAMPOGRANDE	DAIANE MATOS DE OLIVEIRA PATUSSI	20/02/2026 12:06 (v 0.7)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	53/2025	67261.008626/2025-21

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de material para manutenção de máquinas e equipamentos para oficinas, com a finalidade de atender às demandas da Base Aérea de Campo Grande, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e no Anexo I – Relação de Itens.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.4 O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5 O serviço é enquadrado como não contínuo.

Prazo de vigência

1.6 O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contado da assinatura da ata, prorrogável por igual período, conforme Art. 84 da Lei nº 14.133 /2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

Sustentabilidade

4.1.1. Para os itens abaixo relacionados, cuja atividade de fabricação, industrialização, importação ou comércio é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante, importador ou comerciante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981:

4.1.4. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

4.1.4.1. recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos, de modo a não contaminar o meio ambiente, e adotar as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

4.1.4.2. providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata; e

4.1.4.3. exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

4.2. De acordo com as previsões do Art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, serão exigidos neste certame os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

4.2.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

4.2.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seu similares;

4.2.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

4.2.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Indicação de marcas ou modelos

4.3. Na presente contratação será admitida a indicação de marca(s), característica(s) ou modelo(s), tendo em vista que a descrição do objeto a ser licitado será mais bem compreendida pela identificação das marcas ou modelos contidos no Anexo I - Relação de Itens, aptos a servir apenas como referência.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.4. Na presente contratação não há necessidade de vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço.

Da exigência de amostra

4.5. Não haverá exigência de amostra na presente contratação

Da exigência de carta de solidariedade

4.6. Não será exigida carta de solidariedade no presente processo.

Subcontratação

4.7. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.8. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do(a) recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor, em remessa única.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Av. Duque de Caxias, 2905, Bairro Santo Antônio, Campo Grande - MS, telefone (67) 3368-3177 ou final 3231, no Almoxarifado da Seção de Serviços Gerais (SSG) do Esquadrão de Infraestrutura (EIE) da Base Aérea de Campo Grande, em horário de expediente da BACG, sendo de segunda a quinta-feira das 8h às 16h, e sexta-feira das 8h às 12h, horário local, devendo realizar contato prévio por telefone para confirmar a entrega.
- 5.3.1. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 meses, ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 4% (quatro por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5.o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de IPCA correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.27. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Cessão de Crédito

8.28. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.28.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.28.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.28.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.28.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data da assinatura do contrato.

8.31. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.33. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.34. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.35. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.36. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.37. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Crítérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC =

Passivo Circulante

9.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação;

9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação ;

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.31. Considerando que o objeto desta contratação é o fornecimento de bens e com o objetivo de ampliar a competitividade do certame , não será exigida a apresentação de Atestados de Capacidade Técnica dos licitantes.

Disposições gerais sobre habilitação

9.32. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.36. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 112.442,42 (cento e doze mil ,quatrocentos e quarenta e dois reais e quarenta e dois centavos), conforme custos unitários apostos no Anexo I – Relação de Itens.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DAIANE MATOS DE OLIVEIRA PATUSSI
Membro da comissão de contratação



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Termo de Referência
Data/Hora de Criação:	20/02/2026 15:38:43
Páginas do Documento:	12
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	13
Hash MD5:	411ab673dc4adf0b5fb816fbe2bd552b
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten DAIANE MATOS DE OLIVEIRA no dia 20/02/2026 às 12:46:59 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten ALISSON DA GUARDA no dia 20/02/2026 às 11:50:57 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten JOSÉ MARCELO MOREIRA FERRO no dia 20/02/2026 às 13:03:09 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten SUELI HOFFMANN DE OLIVEIRA no dia 03/03/2026 às 19:13:36 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Int FABIANA MAGALHÃES DOS SANTOS no dia 04/03/2026 às 18:19:07 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Anexo I – Relação de Itens										
Item	Descrição / Especificação	CATMAT	Qtde Mínima	Qtde Máxima	U.F.	Valor Unitário	Valor Total	Despesa	SE	
1	Bico de limpeza em alumínio, para compressor de ar entrada 1/4", referência: Stels, MRO Pneumática ou qualidade superior.	237713	2	3	UN	25,85	77,54	339030	25	
2	Conexão pneumática em T, original ou compatível, para compressor de ar Kohlbach, modelo 182, referência: Kohlbach, Schulz ou qualidade superior.	454877	2	3	UN	3,09	9,27	339030	25	
3	Controle pressostato, original ou compatível, para compressor de ar Wayne Wetzel, modelo WTV-10N, referência: Wayne Wetzel, Schulz ou qualidade superior.	473205	2	3	UN	58,80	176,40	339030	25	
4	Correia em V lisa modelo B-49, original ou compatível, para compressor de ar Kohlbach, modelo 182, referência: Kohlbach, Schulz ou qualidade superior.	468719	1	2	UN	46,99	93,98	339030	25	
5	Elemento filtrante do filtro de ar, original ou compatível, para compressor de ar Kohlbach, modelo 182, referência: Kohlbach, Schulz ou qualidade superior.	603661	1	2	UN	35,00	70,00	339030	25	
6	Elemento filtrante do filtro de ar, original ou compatível, para compressor de ar Wayne Wetzel, modelo WTV-10N, referência: Wayne Wetzel, Schulz ou qualidade superior.	468338	1	2	UN	32,00	64,00	339030	25	
7	Filtro de ar para compressor bauer, modelo Junior II, código da peça: 057679/059183	468338	1	2	UN	346,26	692,52	339030	25	
8	Óleo lubrificante para compressores de ar alternativos de pistão, embalagem com 1 litro, referência: MS LUB Schulz, Pressure, Raid ou qualidade superior.	601386	5	7	L	63,00	441,00	339030	01	
9	Polia 100mm, original ou compatível, para compressor de ar Kohlbach, modelo 182, referência: Kohlbach, Schulz ou qualidade superior.	473204	1	2	UN	76,86	153,72	339030	25	
10	Polia 100mm, original ou compatível, para compressor de ar Wayne Wetzel, modelo WTV-10N, referência: Wayne Wetzel, Schulz ou qualidade superior.	473204	1	2	UN	34,85	69,70	339030	25	
11	Registro, original ou compatível, para compressor de ar Kohlbach, modelo 182, referência: Kohlbach, Schulz ou qualidade superior	468337	1	2	UN	37,42	74,84	339030	25	
12	Óleo lubrificante sintético, original ou compatível, para motogerador Yamaha EF 6600, SAE 10W40, embalagem com 1 litro, referência: Yamalube, Lubrax ou qualidade superior.	471192	7	10	L	52,00	520,00	339030	01	
13	Conjunto esticador da corrente completo para motosserra stihl MS 066/660, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	603169	3	4	UN	14,50	58,00	339030	25	
14	Filtro de gasolina para motosserra stihl MS 066/660, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	264177	3	4	UN	54,94	219,76	339030	25	
15	Jogo de juntas de vedação do carburador para motosserra stihl MS 066/660, código da peça: 1116 129 0900, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	263708	3	4	UN	59,90	239,60	339030	25	
16	Jogo de juntas de vedação do cilindro para motosserra stihl MS 066/660, código da peça: 1122 640 3205, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	263769	3	4	UN	14,90	59,60	339030	25	
17	Lima redonda para afiar corrente "42 dentes" para sabre de 63cm para motosserra stihl MS 066/660, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	486099	1	2	UN	25,74	51,48	339030	25	
18	Prisioneiro do sabre com porca para motosserra stihl MS 066/660, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	398550	3	4	UN	300,28	1.201,12	339030	25	
19	Prolongador da proteção da corrente a 63cm para motosserra stihl MS 066/600, código da peça: 0000 792 9132, referência: stihl, Husquarna ou qualidade superior.	397823	3	4	UN	60,00	240,00	339030	25	
20	Rolete do pinhão 3/8x7 para motosserra stihl MS 066/660, código da peça: 0000 642 1223, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	600863	3	4	UN	43,00	172,00	339030	25	
21	Rolete do pinhão 3/8x8 para motosserra stihl MS 066/660, código da peça: 0000 642 1223, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	600863	3	4	UN	32,30	129,20	339030	25	
22	Segurança da corrente para motosserra stihl MS 066/660, código da peça: 1122 656 7700, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	263700	3	4	UN	11,50	46,00	339030	25	
23	Tampa de partida completa para motosserra stihl MS 066/660	397877	3	4	UN	138,00	552,00	339030	25	
24	Tampa do tanque de gasolina para motosserra stihl MS 066/660, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	263702	3	4	UN	30,00	120,00	339030	25	
25	Tampa do tanque de óleo para motosserra stihl MS 066/660, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	264181	3	4	UN	28,00	112,00	339030	25	
26	Válvula de descompressão para motosserra stihl MS 066/660, código da peça: 1128 020 9400, referência: stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	264108	3	4	UN	4,63	18,52	339030	25	
27	Vela de ignição NGKBPMP7A para motosserra stihl MS 066/660, código da peça: 0000 400 7000, referência: stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	264173	4	6	UN	38,32	229,92	339030	25	
28	Volante Completo para motosserra stihl MS 066/660, código da peça: 1122 400 1217, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	605786	3	4	UN	179,88	719,52	339030	25	
29	Amortecedor 1122/00, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 1122-790-9900, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	397841	3	4	UN	15,90	63,60	339030	25	
30	Amortecedor 1122/05, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 1122-790-9905, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	397841	3	4	UN	23,81	95,24	339030	25	
31	Amortecedor 1122/20, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 1122-790-9920, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	397841	3	4	UN	23,81	95,24	339030	25	
32	Arruela 10 x 27 x 2,7 mm, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 066, código da peça: 0000-958-1032, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	473077	3	4	UN	2,00	8,00	339030	25	
33	Arruela de segurança 8 x 1,3 mm, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 066, código da peça: 9460-624-0801, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	473077	3	4	UN	2,00	8,00	339030	25	
34	Batente de garras, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 1122-664-0504, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	263700	3	4	UN	11,80	47,20	339030	25	
35	Bomba de óleo, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 1122-640-3205, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	266102	3	4	UN	133,90	535,60	339030	25	
36	Carburador, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 066, código da peça: 1122-120-0621, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	398617	3	4	UN	189,99	759,96	339030	25	
37	Cilindro com pistão 54 mm, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 066, código da peça: 1122-020-1209, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	346390	3	4	UN	305,00	1.220,00	339030	25	
38	Corrente 3/8 super 1,6 mm, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 3519-000-0072, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	436292	3	5	UN	109,00	545,00	339030	25	
39	Disco para afiador de corrente de motosserra, medindo 100 x 100 x 3,2 mm, original ou compatível, para afiador de correntes de motosserra Matsuyama 407640, referência: Matsuyama, Husqvarnia ou qualidade superior.	214021	2	3	UN	39,00	117,00	339030	25	
40	Gaiola de agulhas embreagem, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 9512-933-2380, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	263703	3	4	UN	45,90	183,60	339030	25	
41	Gaiola de agulhas, medindo 10 x 16 x 13 mm, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 066, código da peça: 9512-933-2382, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	263703	3	4	UN	45,90	183,60	339030	25	
42	Gaiola de agulhas, medindo 17 x 40 x 14 mm, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 9523-003-4555, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	263703	3	4	UN	45,90	183,60	339030	25	
43	Grampo elástico, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 1124-195-3500, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	400613	3	4	UN	6,00	24,00	339030	25	
44	Jogo de juntas de vedação, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 1122-007-1053, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	263769	3	4	UN	12,75	51,00	339030	25	
45	Jogo de peças para carburador, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 1122-007-1060, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	397855	3	4	UN	69,90	279,60	339030	25	
46	Junta do cilindro 0,5 mm, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 066, código da peça: 1122-029-2301, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	397794	3	4	UN	7,99	31,96	339030	25	
47	Kit pinhão corrente 3/8 pol, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 1122-640-200, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	401517	3	4	UN	100,66	402,64	339030	25	

Anexo I – Relação de Itens										
Item	Descrição / Especificação	CATMAT	Qtde Mínima	Qtde Máxima	U.F.	Valor Unitário	Valor Total	Despesa	SE	
48	Mangueira, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 1124-358-7700, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	263699	3	4	UN	20,20	80,80	339030	25	
49	Mola de recuo, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 1122-190-0605, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	398623	3	4	UN	36,86	147,44	339030	25	
50	Mola de tração, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 066, código da peça: 0000-997-0911, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	398623	3	4	UN	7,28	29,12	339030	25	
51	Mola haste, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 0000-998-0604, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	398623	3	4	UN	8,00	32,00	339030	25	
52	Óleo para motor 2T, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, embalagem com 1 litro, referência: Castrol, Lubrax ou qualidade superior.	477466	61	80	L	36,90	2.952,00	339030	01	
53	Pistão 54 mm, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 066, código da peça: 1122-030-2005, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	266108	1	2	UN	62,00	124,00	339030	25	
54	Retentor borracha e aço 17 x 39,9 x 5 mm, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 9640-003-1850, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	397806	3	4	UN	17,60	70,40	339030	25	
55	Retentor BS 15 x 22 x 4, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 9640 003 1560, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	397806	3	4	UN	17,60	70,40	339030	25	
56	Rolamento 17 x 40 x 14 da carcaça do virabrequim, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 9523-003-455, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	398629	3	4	UN	30,00	120,00	339030	25	
57	Rolamento de esferas, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 9503-003-6676, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	398629	3	4	UN	67,80	271,20	339030	25	
58	Rolete do pinhão 3/8" 8D, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 066, código da peça: 0000-642-1216, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	600863	3	4	UN	47,30	189,20	339030	25	
59	Tampa do tanque de combustível, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 0000-350-0520, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	263702	3	4	UN	24,20	96,80	339030	25	
60	Terminal da vela, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 1128-405-1000, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	361240	3	4	UN	26,00	104,00	339030	25	
61	Vela de ignição curta, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 1110-400-7005, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	361240	3	4	UN	36,38	145,52	339030	25	
62	Virabrequim, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 1122-030-0408, acompanha retentor do virabrequim, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	400742	3	4	UN	324,90	1.299,60	339030	25	
63	Anel de compressão 35 x 1,5 mm, original ou compatível, para roçadeira Stihl, modelo FS 160, código da peça: 4119-034-3001, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	486791	5	7	UN	25,70	179,90	339030	25	
64	Anel de segurança 17 x 1 mm, original ou compatível, para roçadeira Stihl, modelo FS 160, código da peça: 9455-621-1800, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	486791	5	7	UN	3,34	23,38	339030	25	
65	Apoio, original ou compatível, para roçadeira Stihl, modelo FS 160, código da peça: 4119-700-8400, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	605886	5	7	UN	29,98	209,86	339030	25	
66	Botão giratório, original ou compatível, para roçadeira Stihl, modelo FS 160, código da peça: 4119-182-9500, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	602626	5	7	UN	18,72	131,04	339030	25	
67	Cabeçote de aspiração, original ou compatível, para roçadeira Stihl, modelo FS 160, código da peça: 0000-350-3502, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	353815	5	7	UN	19,40	135,80	339030	25	
68	Cabeçote de corte trimcut 41-2, original ou compatível, para roçadeira Stihl, modelo FS 160, código da peça: 4003-710-2104, com capacidade para 3,5 metros de fio 3 mm quadrado para cada lado, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	356080	6	9	UN	165,20	1.486,80	339030	25	
69	Cabo do acelerador, original ou compatível, para roçadeira Stihl, modelo FS 160, código da peça: 4119-180-1101, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	392622	5	7	UN	85,00	595,00	339030	25	
70	Cabo do punho, original ou compatível, para roçadeira Stihl, modelo FS 160, código da peça: 4137-790-1701, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	397877	5	7	UN	44,99	314,93	339030	25	
71	Cilindro com pistão 38mm, original ou compatível, para roçadeira Stihl, modelo FS 160, código da peça: 4119-020-1204, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	346390	5	7	UN	153,88	1.077,16	339030	25	
72	Cobertura, original ou compatível, para roçadeira Stihl, modelo FS 160, código da peça: 4119-084-0900, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	605784	5	7	UN	104,90	734,30	339030	25	
73	Conexão, original ou compatível, para roçadeira Stihl, modelo FS 160, código da peça: 4119-141-2200, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	476259	5	7	UN	79,80	558,60	339030	25	
74	Cordão de arranque 3,5 x 960 mm, original ou compatível, para roçadeira Stihl, modelo FS 160, código da peça: 1113-195-8200, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	486789	10	13	UN	20,00	260,00	339030	25	
75	Eixo de acionamento, original ou compatível, para roçadeira Stihl, modelo FS 160, código da peça: 4119-711-3212, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	306058	5	7	UN	57,40	401,80	339030	25	
76	Embreagem, original ou compatível, para roçadeira Stihl, modelo FS 160, código da peça: 4119-160-2001, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	605887	5	7	UN	45,89	321,23	339030	25	
77	Filtro de ar adicional, original ou compatível, para roçadeira Stihl, modelo FS 160, código da peça: 4119-141-0300, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	353814	5	7	UN	15,00	105,00	339030	25	
78	Filtro de ar, original ou compatível, para roçadeira Stihl, modelo FS 160, código da peça: 4119-120-1600, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	601350	5	7	UN	36,60	256,20	339030	25	
79	Fio de corte, material: nylon, bitola: 3 mm, formato: quadrado, aplicação: roçadeira, comprimento: rolo com 325 metros , referência: Stihl, nagano ou qualidade superior.	401337	11	15	UN	205,00	3.075,00	339030	25	
80	Gaiola de agulhas 10 x 14 x 13, original ou compatível, para roçadeira Stihl, modelo FS 160, código da peça: 9512-003-2340, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	486796	5	7	UN	68,00	476,00	339030	25	
81	Jogo de juntas de vedação, original ou compatível, para roçadeira Stihl, modelo FS 160, código da peça: 4119-007-1051, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	353735	5	7	UN	10,00	70,00	339030	25	
82	Jogo de peças do carburador, original ou compatível, para roçadeira Stihl, modelo FS 160, código da peça: 4119-007-1060, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	249205	5	7	UN	80,00	560,00	339030	25	
83	Luva da carcaça do tanque, original ou compatível, para roçadeira Stihl, modelo FS 160, código da peça: 4119-123-7501, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	605885	5	7	UN	10,91	76,37	339030	25	
84	Mangueira 3,1 x 5,7 mm x 1 m, original ou compatível, para roçadeira Stihl, modelo FS 160, código da peça: 0000-930-2803, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	486835	5	7	UN	20,00	140,00	339030	25	
85	Manípulo de arranque, original ou compatível, para roçadeira Stihl, modelo FS 160, código da peça: 1121-195-3400, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	486789	5	7	UN	20,00	140,00	339030	25	
86	Modulo de ignição, original ou compatível, para roçadeira Stihl, modelo FS 160, código da peça: 0000-400-1306, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	353734	5	7	UN	157,00	1.099,00	339030	25	
87	Mola com haste, original ou compatível, para roçadeira Stihl, modelo FS 160, código da peça: 0000-998-0603, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	605796	5	7	UN	4,00	28,00	339030	25	
88	Mola de tração, original ou compatível, para roçadeira Stihl, modelo FS 160, código da peça: 0000-997-6205, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	605794	5	7	UN	12,35	86,45	339030	25	
89	Reservatório de combustível, original ou compatível, para roçadeira Stihl, modelo FS 160, código da peça: 4119-350-0800, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	610394	5	7	UN	272,27	1.905,89	339030	25	
90	Retentor da carcaça do virabrequim 12 x 20 x 5, original ou compatível, para roçadeira Stihl, modelo FS 160, código da peça: 9640-003-1190, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	605751	5	7	UN	24,25	169,75	339030	25	
91	Retentor da carcaça do virabrequim 12 x 32 x 7, original ou compatível, para roçadeira Stihl, modelo FS 160, código da peça: 9640-003-1280, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	605751	5	7	UN	20,00	140,00	339030	25	

Anexo I – Relação de Itens									
Item	Descrição / Especificação	CATMAT	Qtde Mínima	Qtde Máxima	U.F.	Valor Unitário	Valor Total	Despesa	SE
92	Rolamento de esferas 6201, original ou compatível, para roçadeira Stihl, modelo FS 160, código da peça: 9503-003-0240, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	264285	5	7	UN	85,10	595,70	339030	25
93	Rolamento de esferas 6202-2RS, original ou compatível, para roçadeira Stihl, modelo FS 160, código da peça: 9503-003-7450, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	472545	5	7	UN	101,70	711,90	339030	25
94	Rolamento de esferas 6203-2RS, original ou compatível, para roçadeira Stihl, modelo FS 160, código da peça: 9503-003-6650, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	472481	5	7	UN	114,41	800,87	339030	25
95	Silenciador, original ou compatível, para roçadeira Stihl, modelo FS 160, código da peça: 4119-140-0600, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	606932	5	7	UN	86,20	603,40	339030	25
96	Tambor de embreagem, original ou compatível, para roçadeira Stihl, modelo FS 160, código da peça: 4119-160-2906, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	605888	5	7	UN	147,00	1.029,00	339030	25
97	Tampa do tanque de combustível, original ou compatível, para roçadeira Stihl, modelo FS 160, código da peça: 4116-350-0502, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	486835	5	7	UN	39,90	279,30	339030	25
98	Terminal da vela, original ou compatível, para roçadeira Stihl, modelo FS 160, código da peça: 1106-405-1000, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	605793	5	7	UN	25,00	175,00	339030	25
99	Transmissão completa, original ou compatível, para roçadeira Stihl, modelo FS 160, código da peça: 4128-640-0101, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	306058	5	7	UN	160,00	1.120,00	339030	25
100	Tubo de graxa 80g, original ou compatível, para roçadeira stihl, modelo fs 160, código da peça 0781-120-1117, referência: Stihl ou qualidade superior.	450835	5	7	UN	29,90	209,30	339030	01
101	Tubo do eixo, original ou compatível, para roçadeira Stihl, modelo FS 160, código da peça: 4119-710-7104, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	306058	5	7	UN	130,86	916,02	339030	25
102	Vela de ignição, original ou compatível, para roçadeira Stihl, modelo FS 160, código da peça: 0000-400-7000, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	486738	6	9	UN	26,98	242,82	339030	25
103	Virabrequim, original ou compatível, para roçadeira Stihl, modelo FS 160, código da peça: 4119-030-0400, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	605751	5	7	UN	539,90	3.779,30	339030	25
104	Volante, original ou compatível, para roçadeira Stihl, modelo FS 160, código do item 4119-400-1201, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	605786	5	7	UN	179,88	1.259,16	339030	25
105	Anel de compressão 46 x 1,5 mm, original ou compatível, para soprador de fuligem Stihl, modelo BR 420, código da peça: 1118-034-3001, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	263705	3	5	UN	36,30	181,50	339030	25
106	Cabo do acelerador, original ou compatível, para soprador de fuligem Stihl, modelo BR 420, código da peça: 4203-180-1111, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	392622	3	5	UN	161,00	805,00	339030	25
107	Carburador, original ou compatível, para soprador de fuligem Stihl, modelo BR 420, código da peça: 4203-120-0608, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	398617	3	5	UN	195,45	977,25	339030	25
108	Cilindro com pistão 46 mm, original ou compatível, para soprador de fuligem Stihl, modelo BR 420, código da peça: 4203-020-1201, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	398667	3	5	UN	396,36	1.981,80	339030	25
109	Cinturão, original ou compatível, para soprador de fuligem Stihl, modelo BR 420, código da peça: 4203-710-9000, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	478630	5	7	UN	123,51	864,57	339030	25
110	Cotovelo, original ou compatível, para soprador de fuligem Stihl, modelo BR 420, código da peça: 4203-708-6901, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	263684	3	5	UN	54,80	274,00	339030	25
111	Filtro de ar, original ou compatível, para soprador de fuligem Stihl, modelo BR 420, código da peça: 4203-141-0301, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	353814	3	5	UN	44,00	220,00	339030	25
112	Gancho com cinto, original ou compatível, para soprador de fuligem Stihl, modelo BR 420, código da peça: 4203-710-6990, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	478630	3	5	UN	112,88	564,40	339030	25
113	Jogo de juntas, original ou compatível, para soprador de fuligem Stihl, modelo BR 420, código da peça: 4203-007-1050, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	353735	3	5	UN	90,00	450,00	339030	25
114	Jogo de peças do carburador, original ou compatível, para soprador de fuligem Stihl, modelo BR 420, código da peça: 4116-007-1061, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	249205	3	5	UN	80,00	400,00	339030	25
115	Mangueira sanfonada, original ou compatível, para soprador de fuligem Stihl, modelo BR 420, código da peça: 4203-701-6102, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	263699	3	5	UN	129,90	649,50	339030	25
116	Mola, original ou compatível, para soprador de fuligem Stihl, modelo BR 420, código da peça: 4203-708-0800, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	398623	3	5	UN	4,00	20,00	339030	25
117	Placa dorsal, original ou compatível, para soprador de fuligem Stihl, modelo BR 420, código da peça: 4203-700-3851, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	478630	3	5	UN	123,51	617,55	339030	25
118	Retentor da carcaça do virabrequim 15 x 29,6 x 4, original ou compatível, para soprador de fuligem Stihl, modelo BR 420, código da peça: 9640-003-1600, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	397806	3	5	UN	27,00	135,00	339030	25
119	Rolamento de esferas C3 50 c/ estabilização, original ou compatível, para soprador de fuligem Stihl, modelo BR 420, código da peça: 9523-003-4260, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	472579	3	5	UN	98,00	490,00	339030	25
120	Rolamento gaiola de agulhas 10 x 14 x 13, original ou compatível, para soprador de fuligem Stihl, modelo BR 420, código da peça: 9512-003-2344, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	263703	3	5	UN	33,50	167,50	339030	25
121	Bateria de partida 12V 150AH, referência: Moura,Bosch,Zetta	297065	13	17	UN	1.091,00	18.547,00	339030	25
122	Bateria de partida 12v 70AH, referência: Moura,Bosch,Zetta	294591	2	14	UN	789,00	11.046,00	339030	25
123	Correia de transmissão para grupo gerador 13AV1275	456060	2	5	UN	225,22	1.126,10	339030	25
124	Elemento de filtro de ar PN905412970060, fabricante MWM, código EAN 7898611171683	462508	2	4	UN	98,56	394,24	339030	25
125	Elemento de filtro de ar PN AP6273, fabricante TECFIL, código EAN 7898611170549	462508	3	5	UN	61,90	309,50	339030	25
126	Elemento de filtro de ar PN CF600/1, fabricante MANN FILTER, código EAN 7898611171522	462508	2	6	UN	47,91	287,46	339030	25
127	Elemento de filtro de ar PN AP4650088162, fabricante TECFIL, código EAN 7898611175056	462508	2	4	UN	61,90	247,60	339030	25
128	Filtro de Água PN WFC3, fabricante MAHLE, código EAN 7898630452145	471018	3	5	UN	93,11	465,55	339030	25
129	Filtro de Óleo Combustível DIESEL Separador de Água Tipo RACOR 30m 900fh (Para Tanque de Combustível)	471018	3	5	UN	141,42	707,10	339030	25
130	Filtro de Óleo Diesel, PN P945, Fabricante MANN FILTER, código EAN 7898611174943	471018	2	4	UN	52,98	211,92	339030	25
131	Filtro de Óleo Diesel, PN PSC172, Fabricante TECFIL, código EAN 7898630450158	471018	3	5	UN	80,23	401,15	339030	25
132	Filtro de Óleo Diesel, PN 905411510019, Fabricante MWM, código EAN 7898630453975	471018	2	6	UN	167,44	1.004,64	339030	25
133	Filtro de Óleo Diesel, PN 00010000200406, Fabricante STEMAC, código EAN 7898611175414	471018	3	5	UN	167,44	837,20	339030	25
134	Filtro de Óleo Diesel, PN CX0788, Fabricante CHENXIANG, código EAN 7898611174554	471018	2	4	UN	42,09	168,36	339030	25
135	Filtro de Óleo lubrificante PN 905411880013, fabricante MWM, código EAN 789861174530	472466	2	4	UN	105,68	422,72	339030	25
136	Filtro de Óleo lubrificante PN 0986B01011, fabricante BOSCH, código EAN 7898611174080	472466	3	5	UN	190,00	950,00	339030	25
137	Filtro de Óleo lubrificante PN 0986B01027, fabricante BOSCH, código EAN 789861174530	472466	2	6	UN	75,40	452,40	339030	25
138	Filtro de Óleo lubrificante PN 00018000018109, fabricante STEMAC, código EAN 7898630451681	472466	2	4	UN	169,39	677,56	339030	25
139	Filtro de Óleo lubrificante PN JX0810B, fabricante DONGMING	472466	2	4	UN	83,53	334,12	339030	25

Anexo I – Relação de Itens										
Item	Descrição / Especificação	CATMAT	Qtde Mínima	Qtde Máxima	U.F.	Valor Unitário	Valor Total	Despesa	SE	
140	fluido concentrado para o sistema de arrefecimento - radiador PN MM100566, fabricante MWM	375407	87	114	L	36,94	4.211,16	339030		
141	Óleo lubrificante PN SAE15W40	481558	207	270	L	29,00	7.830,00	339030	01	
142	Filtro de Óleo combustível diesel separador de água tipo RACOR, PN 2040PMOR, fabricante PARKER, código EAN 7898630454415	471018	7	10	UN	55,54	555,40	339030	25	
143	Ponta prova multímetro, conexão banana 4 mm isolamento completa, revestimento cabo silicone de alta flexibilidade, tensão isolamento 1000, características adicionais segurança categoria iii. código siasg 329420 .	329420	9	12	UN	33,30	399,60	339030	25	
144	Fusível 0,5a x 3ag 120v. Cod.siasg: 00.033.6030	292353	7	10	UN	0,28	2,80	339030	25	
145	Fusível vidro, corrente nominal 1, aplicação proteção circuito elétrico, tipo 2ag, tensão nominal 250. código siasg 398852	398852	7	10	UN	0,35	3,50	339030	25	
146	Fusível vidro 10amp 2awg 124. Cód. Siasg 00.000.0124	285329	7	10	UN	0,60	6,00	339030	25	
147	Fusível vidro 10amp 3awg 124. Cód. Siasg 00.000.0124	472612	7	10	UN	1,10	11,00	339030	25	
148	Fusível vidro 10a 20 aglf. Cód. Siasg 00.031.7708.	292365	7	10	UN	0,25	2,50	339030	25	
149	Manômetro original ou compatível, para a pressão do ar dentro do sistema de compressão para compressor de ar MOTOMIL, 425 litros, referência: Schulz ou qualidade superior.	616190	1	2	UN	36,40	72,80	339030	25	
150	Mangueira de ar comprimido 1/4", original ou compatível para compressor de ar MOTOMIL, modelo 425 litros, embalagem com 20 metros, referência: Schulz ou qualidade superior.	469431	2	3	UN	119,90	359,70	339030	25	
151	Registro esfera de ½, original ou compatível, O registro permite abrir ou fechar o fluxo de ar comprimido para diferentes partes do sistema para compressor de ar MOTOMIL, 425 litros, referência: Schulz ou qualidade superior.	617706	2	3	UN	37,42	112,26	339030	25	
152	Polia 2 canal B 100 mm , original ou compatível, para compressor de ar MOTOMIL, 425 litros, referência: Schulz ou qualidade superior.	617451	1	2	UN	70,00	140,00	339030	25	
153	Correia para deck de corte, compatível com cortadores de grama Giro Zero Husqvarna modelo Z242F. Código OEM 587270001. Responsável pela transmissão de movimento às lâminas, garantindo eficiência e durabilidade no sistema de corte. Produzida com materiais de alta resistência, indicada para uso conforme especificações do fabricante. Referência: Husqvarna ou qualidade superior.	633166	4	6	UN	487,61	2.925,66	339030	25	
154	Correia de transmissão para cortadores de grama Giro Zero Husqvarna modelos Z248F e RZ4824F. Código OEM 539110411. Peça responsável pela transferência de potência do motor para o sistema de tração, garantindo desempenho eficiente e operação segura. Fabricada com materiais de alta durabilidade, indicada para uso conforme especificações técnicas do fabricante.Referência: Husqvarna ou qualidade superior.	633166	4	6	UN	369,00	2.214,00	339030	25	
155	Lâmina de corte para cortadores de grama Giro Zero Husqvarna modelo Z242F. Código OEM 586918102. Peça original, fabricada em aço de alta resistência, com 533 mm de comprimento, projetada para garantir corte uniforme e eficiente. Indicada para substituição conforme especificações do fabricante, assegurando desempenho ideal do equipamento. Referência: Husqvarna ou qualidade superior.	264279	4	6	UN	260,00	1.560,00	339030	25	
156	Controle centralizador de altura para cortador de grama Giro Zero Husqvarna modelo Z248FHU. Código 19657. Componente utilizado para ajuste e nivelamento preciso da altura de corte, garantindo uniformidade e desempenho eficiente do equipamento. Fabricado com materiais resistentes, indicado para uso conforme especificações técnicas do fabricante. Referência: Husqvarna ou qualidade superior.	608085	4	6	UN	59,00	354,00	339030	25	
157	Trava suporte do deck para tratores Husqvarna. Código OEM 532194209. Componente utilizado para fixação e estabilização do deck de corte, garantindo segurança e alinhamento durante o funcionamento do equipamento. Fabricado com materiais resistentes, compatível com diversos modelos de tratores Husqvarna, conforme especificações técnicas do fabricante. Referência: Husqvarna ou qualidade superior.	261288	4	6	UN	25,49	152,91	339030	25	
158	Bico para engraxadeira com 4 castanhas, referência NOVE54 5111100040 ou equivalente superior; corpo em aço carbono/ligado com tratamento anticorrosivo, rosca conforme padrão industrial, compatível com graxas e óleos industriais, projetado para operação em faixas típicas de pressão e temperatura; fixação segura e estanqueidade, vedação contra refluxo, sem arestas cortantes.	442227	15	20		11,11	222,20	339030	25	
159	Kit com 4 rodas maciças 8" (200 mm) para carrinhos de armazém, capacidade nominal até 200 kg por roda; pneu em borracha maciça preta sobre aro/centro metálico resistente, rolamento de esferas/rolete interno, perfil liso/antiderrapante, largura aprox. 40 mm, resistência a óleo e desgaste, montagem por eixo padrão (fornecer diâmetro e tipo), temperatura de operação industrial, balanceamento e ausência de rebarbas	617831	1	2	UN	130,00	260,00	339030	25	
						TOTAL:	112.442,42			



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Relação de Itens
Data/Hora de Criação:	27/01/2026 21:18:27
Páginas do Documento:	4
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	5
Hash MD5:	bfab3d3f9108ee5a06f88e747c9e94a2
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten DAIANE MATOS DE OLIVEIRA no dia 29/01/2026 às 11:41:48 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento PÂMELA TOLENTINO BACELAR RODRIGUES no dia 05/02/2026 às 17:08:14 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten SUELI HOFFMANN DE OLIVEIRA no dia 03/03/2026 às 19:13:36 no horário oficial de Brasília.

Anexo II – Histórico de Consumo							
Item	Descrição / Especificação	Consumo 2022	Consumo 2023	Consumo 2024	Consumo Médio	Qtde Máxima	Observação
1	Bico de limpeza em alumínio, para compressor de ar entrada 1/4", referência: Stels, MRO Pneumática ou qualidade superior.	0	0	0	0	3	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 1 UN para o GLOG (que possui 1 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano), 2 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vezes ao ano).
2	Conexão pneumática em T, original ou compatível, para compressor de ar Kohlbach, modelo 182, referência: Kohlbach, Schulz ou qualidade superior.	0	0	0	0	3	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 1 UN para o GLOG (que possui 1 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano), 2 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano).
3	Controle pressostato, original ou compatível, para compressor de ar Wayne Wetzel, modelo WTV-10N, referência: Wayne Wetzel, Schulz ou qualidade superior.	0	0	0	0	3	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 1 UN para o GLOG (que possui 1 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano), 2 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano).
4	Correia em V lisa modelo B-49, original ou compatível, para compressor de ar Kohlbach, modelo 182, referência: Kohlbach, Schulz ou qualidade superior.	0	0	0	0	2	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 2 UN para o GLOG (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano).
5	Elemento filtrante do filtro de ar, original ou compatível, para compressor de ar Kohlbach, modelo 182, referência: Kohlbach, Schulz ou qualidade superior.	0	0	0	0	2	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 2 UN para o GLOG (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano).
6	Elemento filtrante do filtro de ar, original ou compatível, para compressor de ar Wayne Wetzel, modelo WTV-10N, referência: Wayne Wetzel, Schulz ou qualidade superior.	0	0	0	0	2	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 2 UN para o GLOG (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano).
7	Filtro de ar para compressor bauer, modelo Junior II, código da peça: 057679/059183	0	0	0	0	2	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 2 UN para o GLOG (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano).
8	Óleo lubrificante para compressores de ar alternativos de pistão, embalagem com 1 litro, referência: MS LUB Schulz, Pressure, Raid ou qualidade superior.	0	0	0	0	7	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 5 L para o GLOG (que possui 5 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano), 2 L para o SSUB (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano).
9	Polia 100mm, original ou compatível, para compressor de ar Kohlbach, modelo 182, referência: Kohlbach, Schulz ou qualidade superior.	0	0	0	0	2	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 2 UN para o GLOG (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano).
10	Polia 100mm, original ou compatível, para compressor de ar Wayne Wetzel, modelo WTV-10N, referência: Wayne Wetzel, Schulz ou qualidade superior.	0	0	0	0	2	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 2 UN para o GLOG (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano).
11	Registro, original ou compatível, para compressor de ar Kohlbach, modelo 182, referência: Kohlbach, Schulz ou qualidade superior	0	0	0	0	2	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 2 UN para o GLOG (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano).
12	Oleo lubrificante sintético, original ou compatível, para motogerador Yamaha EF 6600, SAE 10W40, embalagem com 1 litro, referência: Yamalube, Lubrax ou qualidade superior.	0	0	0	0	10	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 10 L para o GLOG (que possui 10 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano).
13	Conjunto esticador da corrente completo para motosserra stihl MS 066/660, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	0	0	0	0	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).
14	Filtro de gasolina para motosserra stihl MS 066/660, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	0	0	8	3	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).
15	Jogo de juntas de vedação do carburador para motosserra stihl MS 066/660, código da peça: 1116 129 0900, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	0	0	8	3	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).
16	Jogo de juntas de vedação do cilindro para motosserra stihl MS 066/660, código da peça: 1122 640 3205, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	0	0	8	3	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).
17	Lima redonda para afiar corrente "42 dentes" para sabre de 63cm para motosserra stihl MS 066/660, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	0	0	10	3	2	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 2 UN para o PACG (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano).
18	Prisioneiro do sabre com porca para motosserra stihl MS 066/660, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	0	0	8	3	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).
19	Prolongador da proteção da corrente a 63cm para motosserra stihl MS 066/600, código da peça: 0000 792 9132, referência: stihl, Husquarna ou qualidade superior.	0	0	6	2	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).
20	Rolete do pinhão 3/8x7 para motosserra stihl MS 066/660, código da peça: 0000 642 1223, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	0	0	6	2	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).
21	Rolete do pinhão 3/8x8 para motosserra stihl MS 066/660, código da peça: 0000 642 1223, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	0	0	6	2	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).

Anexo II – Histórico de Consumo							
Item	Descrição / Especificação	Consumo 2022	Consumo 2023	Consumo 2024	Consumo Médio	Qtde Máxima	Observação
22	Segurança da corrente para motosserra stihl MS 066/660, código da peça: 1122 656 7700, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	0	0	0	0	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).
23	Tampa de partida completa para motosserra stihl MS 066/660	0	0	6	2	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).
24	Tampa do tanque de gasolina para motosserra stihl MS 066/660, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	0	0	6	2	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).
25	Tampa do tanque de óleo para motosserra stihl MS 066/660, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	0	0	6	2	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).
26	Válvula de descompressão para motosserra stihl MS 066/660, código da peça: 1128 020 9400, referência: stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	0	0	4	1	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).
27	Vela de ignição NGKBPMR7A para motosserra stihl MS 066/660, código da peça: 0000 400 7000, referência: stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	0	0	0	0	6	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano), 2 UN para o PACG (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano).
28	Volante Completo para motosserra stihl MS 066/660, código da peça: 1122 400 1217, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	0	0	2	1	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).
29	Amortecedor 1122/00, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 1122-790-9900, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	0	0	4	1	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).
30	Amortecedor 1122/05, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 1122-790-9905, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	0	0	4	1	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).
31	Amortecedor 1122/20, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 1122-790-9920, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	0	0	0	0	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).
32	Arruela 10 x 27 x 2,7 mm, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 066, código da peça: 0000-958-1032, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	4	3	0	2	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).
33	Arruela de segurança 8 x 1,3 mm, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 066, código da peça: 9460-624-0801, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	4	3	0	2	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).
34	Batente de garras, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 1122-664-0504, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	0	0	2	1	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).
35	Bomba de óleo, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 1122-640-3205, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	0	0	6	2	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).
36	Carburador, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 066, código da peça: 1122-120-0621, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	0	0	6	2	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).
37	Cilindro com pistão 54 mm, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 066, código da peça: 1122-020-1209, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	4	2	6	4	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).
38	Corrente 3/8 super 1,6 mm, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 3519-000-0072, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	0	0	4	1	5	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 3 UN para o EIE (que possui 3 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano), 2 UN para o PACG (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano).
39	Disco para afiador de corrente de motosserra, medindo 100 x 100 x 3,2 mm, original ou compatível, para afiador de correntes de motosserra Matsuyama 407640, referência: Matsuyama, Husqvarna ou qualidade superior.	0	0	0	0	3	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 3 UN para o EIE (que possui 3 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano).
40	Gaiola de agulhas embreagem, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 9512-933-2380, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	0	0	8	3	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).
41	Gaiola de agulhas, medindo 10 x 16 x 13 mm, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 066, código da peça: 9512-933-2382, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	4	0	6	3	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).
42	Gaiola de agulhas, medindo 17 x 40 x 14 mm, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 9523-003-4555, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	0	0	6	2	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).
43	Grampo elástico, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 1124-195-3500, referência: Stihl, Husqvarna ou qualidade superior.	0	0	10	3	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).

Anexo II – Histórico de Consumo							
Item	Descrição / Especificação	Consumo 2022	Consumo 2023	Consumo 2024	Consumo Médio	Qtde Máxima	Observação
44	Jogo de juntas de vedação, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 1122-007-1053, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	0	0	6	2	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).
45	Jogo de peças para carburador, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 1122-007-1060, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	0	0	6	2	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).
46	Junta do cilindro 0,5 mm, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 066, código da peça: 1122-029-2301, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	4	10	6	7	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).
47	Kit pinhão corrente 3/8 pol, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 1122-640-200, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	0	0	6	2	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).
48	Mangueira, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 1124-358-7700, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	0	0	8	3	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).
49	Mola de recuo, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 1122-190-0605, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	0	0	6	2	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).
50	Mola de tração, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 066, código da peça: 0000-997-0911, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	5	0	6	4	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).
51	Mola haste, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 0000-998-0604, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	0	0	6	2	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).
52	Oleo para motor 2T, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, embalagem com 1 litro, referência: Castrol, Lubrax ou qualidade superior.	0	0	0	0	80	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 70 L para o EIE (que possui 7 equipamento(s) que necessita(m) deste item [10 L por equipamento], 10 L para o PACG (que possui 1 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano).
53	Pistão 54 mm, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 066, código da peça: 1122-030-2005, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	4	7	3	5	2	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 2 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano).
54	Retentor borracha e aço 17 x 39,9 x 5 mm, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 9640-003-1850, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	0	0	6	2	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).
55	Retentor BS 15 x 22 x 4, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 9640 003 1560, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	0	0	6	2	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).
56	Rolamento 17 x 40 x 14 da carcaça do virabrequim, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça:: 9523-003-455, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	0	0	6	2	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).
57	Rolamento de esferas, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 9503-003-6676, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	0	0	6	2	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).
58	Roleta do pinhão 3/8" 8D, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 066, código da peça: 0000-642-1216, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	4	0	6	3	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).
59	Tampa do tanque de combustível, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 0000-350-0520, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	0	0	6	2	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).
60	Terminal da vela, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 1128-405-1000, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	0	0	4	1	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).
61	Vela de ignição curta, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 1110-400-7005, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	0	0	0	0	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).
62	Virabrequim, original ou compatível, para motosserra Stihl, modelo MS 660, código da peça: 1122-030-0408, acompanha retentor do virabrequim, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	0	0	2	1	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 2 vezes ao ano).
63	Anel de compressão 35 x 1,5 mm, original ou compatível, para roçadeira Stihl, modelo FS 160, código da peça: 4119-034-3001, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	0	0	0	0	7	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 7 UN para o EIE (que possui 7 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano).
64	Anel de segurança 17 x 1 mm, original ou compatível, para roçadeira Stihl, modelo FS 160, código da peça: 9455-621-1800, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	0	0	0	0	7	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 7 UN para o EIE (que possui 7 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano).
65	Apoio, original ou compatível, para roçadeira Stihl, modelo FS 160, código da peça: 4119-700-8400, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	4	0	2	2	7	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 7 UN para o EIE (que possui 7 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano).

Anexo II – Histórico de Consumo							
Item	Descrição / Especificação	Consumo 2022	Consumo 2023	Consumo 2024	Consumo Médio	Qtde Máxima	Observação
109	Cinturão, original ou compatível, para soprador de fuligem Stihl, modelo BR 420, código da peça: 4203-710-9000, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	0	0	0	0	7	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 5 UN para o EIE (que possui 5 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano), 2 UN para o PACG (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano).
110	Cotovelo, original ou compatível, para soprador de fuligem Stihl, modelo BR 420, código da peça: 4203-708-6901, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	0	0	0	0	5	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 5 UN para o EIE (que possui 5 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vezes ao ano).
111	Filtro de ar, original ou compatível, para soprador de fuligem Stihl, modelo BR 420, código da peça: 4203-141-0301, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	4	0	2	2	5	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 5 UN para o EIE (que possui 5 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vezes ao ano).
112	Gancho com cinto, original ou compatível, para soprador de fuligem Stihl, modelo BR 420, código da peça: 4203-710-6990, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	0	0	0	0	5	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 5 UN para o EIE (que possui 5 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vezes ao ano).
113	Jogo de juntas, original ou compatível, para soprador de fuligem Stihl, modelo BR 420, código da peça: 4203-007-1050, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	2	0	0	1	5	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 5 UN para o EIE (que possui 5 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vezes ao ano).
114	Jogo de peças do carburador, original ou compatível, para soprador de fuligem Stihl, modelo BR 420, código da peça: 4116-007-1061, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	0	0	0	0	5	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 5 UN para o EIE (que possui 5 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vezes ao ano).
115	Mangueira sanfonada, original ou compatível, para soprador de fuligem Stihl, modelo BR 420, código da peça: 4203-701-6102, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	0	0	2	1	5	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 5 UN para o EIE (que possui 5 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vezes ao ano).
116	Mola, original ou compatível, para soprador de fuligem Stihl, modelo BR 420, código da peça: 4203-708-0800, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	0	0	2	1	5	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 5 UN para o EIE (que possui 5 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vezes ao ano).
117	Placa dorsal, original ou compatível, para soprador de fuligem Stihl, modelo BR 420, código da peça: 4203-700-3851, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	0	0	2	1	5	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 5 UN para o EIE (que possui 5 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vezes ao ano).
118	Retentor da carcaça do virabrequim 15 x 29,6 x 4, original ou compatível, para soprador de fuligem Stihl, modelo BR 420, código da peça: 9640-003-1600, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	4	1	2	2	5	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 5 UN para o EIE (que possui 5 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vezes ao ano).
119	Rolamento de esferas C3 S0 c/ estabilização, original ou compatível, para soprador de fuligem Stihl, modelo BR 420, código da peça: 9523-003-4260, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	0	0	2	1	5	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 5 UN para o EIE (que possui 5 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vezes ao ano).
120	Rolamento gaiola de agulhas 10 x 14 x 13, original ou compatível, para soprador de fuligem Stihl, modelo BR 420, código da peça: 9512-003-2344, referência: Stihl, Husqvarnia ou qualidade superior.	4	4	0	3	5	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 5 UN para o EIE (que possui 5 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vezes ao ano).
121	Bateria de partida 12v 150AH, referência: Moura,Bosch,Zetta	0	0	0	0	17	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 10 UN para o EIE (que possui 5 equipamento(s) que necessita(m) deste item [2 UN por equipamento], com substituição 1 vez ao ano), 1 UN para o 2/10 (que possui 1 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano), 4 UN para o GLOG (que possui 4 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano), 2 UN para o SSUB (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano).
122	Bateria de partida 12v 70AH, referência: Moura,Bosch,Zetta	0	0	0	0	14	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item [2 UN por equipamento], com substituição 1 vez ao ano), 8 UN para o GLOG (que possui 8 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano), 2 UN para o PACG (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano).
123	Correia de transmissão para grupo gerador 13AV1275	0	0	0	0	5	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item [2 UN por equipamento], com substituição 1 vez ao ano), 1 UN para o 2/10 (que possui 1 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano).
124	Elemento de filtro de ar PN905412970060, fabricante MWM, código EAN 7898611171683	0	0	0	0	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item [2 UN por equipamento], com substituição 1 vez ao ano).
125	Elemento de filtro de ar PN AP6273, fabricante TECFIL, código EAN 7898611170549	0	0	0	0	5	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 5 UN para o EIE (que possui 5 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vezes ao ano).
126	Elemento de filtro de ar PN CF600/1, fabricante MANN FILTER, código EAN 7898611171522	0	0	0	0	6	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item [2 UN por equipamento], com substituição 1 vez ao ano), 2 UN para o 2/10 (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano).
127	Elemento de filtro de ar PN AP4650088162, fabricante TECFIL, código EAN 7898611175056	0	0	0	0	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item [2 UN por equipamento], com substituição 1 vezes ao ano).
128	Filtro de Água PN WFC3, fabricante MAHLE, código EAN 7898630452145	0	0	0	0	5	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 5 UN para o EIE (que possui 5 equipamento(s) que necessita(m) deste item [1 UN por equipamento], com substituição 1 vezes ao ano).

Anexo II – Histórico de Consumo							
Item	Descrição / Especificação	Consumo 2022	Consumo 2023	Consumo 2024	Consumo Médio	Qtde Máxima	Observação
129	Filtro de Óleo Combustível DIESEL Separador de Água Tipo RACOR 30m 900fh (Para Tanque de Combustível)	0	0	0	0	5	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 5 UN para o EIE (que possui 5 equipamento(s) que necessita(m) deste item [1 UN por equipamento], com substituição 1 vezes ao ano).
130	Filtro de Óleo Diesel, PN P945, Fabricante MANN FILTER, código EAN 7898611174943	0	0	0	0	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 4 equipamento(s) que necessita(m) deste item [1 UN por equipamento], com substituição 1 vezes ao ano).
131	Filtro de Óleo Diesel, PN PSC172, Fabricante TECFIL, código EAN 7898630450158	0	0	0	0	5	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 5 UN para o EIE (que possui 5 equipamento(s) que necessita(m) deste item [1 UN por equipamento], com substituição 1 vezes ao ano).
132	Filtro de Óleo Diesel, PN 905411510019, Fabricante MWM, código EAN 7898630453975	0	0	0	0	6	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 4 equipamento(s) que necessita(m) deste item [1 UN por equipamento], com substituição 1 vez ao ano), 2 UN para o 2/10 (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano).
133	Filtro de Óleo Diesel, PN 00010000200406, Fabricante STEMAC, código EAN 7898611175414	0	0	0	0	5	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 5 UN para o EIE (que possui 5 equipamento(s) que necessita(m) deste item [1 UN por equipamento], com substituição 1 vezes ao ano).
134	Filtro de Óleo Diesel, PN CX0788, Fabricante CHENXIANG, código EAN 7898611174554	0	0	0	0	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 4 equipamento(s) que necessita(m) deste item [1 UN por equipamento], com substituição 1 vezes ao ano).
135	Filtro de Óleo lubrificante PN 905411880013, fabricante MWM, código EAN 789861174530	0	0	0	0	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 4 equipamento(s) que necessita(m) deste item [1 UN por equipamento], com substituição 1 vezes ao ano).
136	Filtro de Óleo lubrificante PN 0986B01011, fabricante BOSCH, código EAN 7898611174080	0	0	0	0	5	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 5 UN para o EIE (que possui 5 equipamento(s) que necessita(m) deste item [1 UN por equipamento], com substituição 1 vezes ao ano).
137	Filtro de Óleo lubrificante PN 0986B01027, fabricante BOSCH, código EAN 789861174530	0	0	0	0	6	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 4 equipamento(s) que necessita(m) deste item [1 UN por equipamento], com substituição 1 vez ao ano), 2 UN para o 2/10 (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano).
138	Filtro de Óleo lubrificante PN 00018000018109, fabricante STEMAC, código EAN 7898630451681	0	0	0	0	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 4 equipamento(s) que necessita(m) deste item [1 UN por equipamento], com substituição 1 vezes ao ano).
139	Filtro de Óleo lubrificante PN JX0810B, fabricante DONGMING	0	0	0	0	4	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 4 UN para o EIE (que possui 4 equipamento(s) que necessita(m) deste item [1 UN por equipamento], com substituição 1 vezes ao ano).
140	fluido concentrado para o sistema de arrefecimento - radiador PN MM100566, fabricante MWM	0	0	0	0	114	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 84 L para o EIE (que possui 7 equipamento(s) que necessita(m) deste item [12 L por equipamento], com substituição 1 vez ao ano), 30 L para o 2/10 (que possui 30 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano).
141	Óleo lubrificante PN SAE15W40	0	0	0	0	270	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 200 L para o EIE (que possui 10 equipamento(s) que necessita(m) deste item [20 L por equipamento], com substituição 1 vez ao ano), 20 L para o 2/10 (que possui 20 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano), 50 L para o GLOG (que possui 50 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano).
142	Filtro de Óleo combustível diesel separador de água tipo RACOR, PN 2040PMOR, fabricante PARKER, código EAN 7898630454415	0	0	0	0	10	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 10 UN para o EIE (que possui 5 equipamento(s) que necessita(m) deste item [2 UN por equipamento], com substituição 1 vezes ao ano).
143	Ponta prova multímetro, conexão banana 4 mm isolamento completa, revestimento cabo silicone de alta flexibilidade, tensão isolamento 1000, características adicionais segurança categoria iii. código siasg 329420 .	0	0	0	0	12	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 10 UN para o GLOG (que possui 10 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano), 2 UN para o EIE (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano).
144	Fusível 0,5a x 3ag 120v. Cod.siasg: 00.033.6030	0	0	0	0	10	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 10 UN para o GLOG (que possui 10 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano).
145	Fusível vidro, corrente nominal 1, aplicação proteção circuito elétrico, tipo 2ag, tensão nominal 250. código siasg 398852	0	0	0	0	10	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 10 UN para o GLOG (que possui 10 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano).
146	Fusivel vidro 10amp 2awg 124. Cód. Siasg 00.000.0124	0	0	0	0	10	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 10 UN para o GLOG (que possui 10 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano).
147	Fusivel vidro 10amp 3awg 124. Cód. Siasg 00.000.0124	0	0	0	0	10	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 10 UN para o GLOG (que possui 10 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano).
148	Fusivel vidro 10a 20 aglf. Cód. Siasg 00.031.7708.	0	0	0	0	10	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 10 UN para o GLOG (que possui 10 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano).

Anexo II – Histórico de Consumo							
Item	Descrição / Especificação	Consumo 2022	Consumo 2023	Consumo 2024	Consumo Médio	Qtde Máxima	Observação
149	Manômetro original ou compatível, para a pressão do ar dentro do sistema de compressão para compressor de ar MOTOMIL, 425 litros, referência: Schulz ou qualidade superior.	0	0	0	0	2	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 2 UN para o GLOG (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano).
150	Mangueira de ar comprimido 1/4", original ou compatível para compressor de ar MOTOMIL, modelo 425 litros, embalagem com 20 metros, referência: Schulz ou qualidade superior.	0	0	0	0	3	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 3 UN para o GLOG (que possui 3 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano).
151	Registro esfera de ½, original ou compatível, O registro permite abrir ou fechar o fluxo de ar comprimido para diferentes partes do sistema para compressor de ar MOTOMIL, 425 litros, referência: Schulz ou qualidade superior.	0	0	0	0	3	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 3 UN para o GLOG (que possui 3 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano).
152	Polia 2 canal B 100 mm , original ou compatível, para compressor de ar MOTOMIL, 425 litros, referência: Schulz ou qualidade superior.	0	0	0	0	2	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 2 UN para o GLOG (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano).
153	Correia para deck de corte, compatível com cortadores de grama Giro Referência: Husqvarna ou qualidade superior.	0	0	0	0	6	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 06 UN para o EIE (que possui 6 equipamento(s) que necessita(m) deste item).
154	Correia de transmissão para cortadores de grama Giro Zero Husqvarna	0	0	0	0	6	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 06 UN para o EIE (que possui 6 equipamento(s) que necessita(m) deste item).
155	Lâmina de corte para cortadores de grama Giro Zero Husqvarna modelo Referência: Husqvarna ou qualidade superior.	0	0	0	0	6	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 06 UN para o EIE (que possui 6 equipamento(s) que necessita(m) deste item).
156	Controle centralizador de altura para cortador de grama Giro Zero Husqvarna Referência: Husqvarna ou qualidade superior.	0	0	0	0	6	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 06 UN para o EIE (que possui 6 equipamento(s) que necessita(m) deste item).
157	Trava suporte do deck para tratores Husqvarna. Código OEM 532194	0	0	0	0	6	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 06 UN para o EIE (que possui 6 equipamento(s) que necessita(m) deste item).
158	Bico para engraxadeira com 4 castanhas, referência NOVE54 511110	0	0	0	0	20	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 20 UN para o GLOG (que possui 5 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 4 vezes ao ano).
159	Kit com 4 rodas maciças 8" (200 mm) para carrinhos de armazém, ca	0	0	0	0	2	Material necessário para manutenção de máquinas e equipamentos, em virtude do desgaste natural pelo tempo de utilização, sendo 2 UN para o GLOG (que possui 2 equipamento(s) que necessita(m) deste item, com substituição 1 vez ao ano).



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	histórico de Consumo
Data/Hora de Criação:	27/01/2026 21:17:27
Páginas do Documento:	8
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	9
Hash MD5:	1464670253c4ce8c8bf79420587137a4
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten DAIANE MATOS DE OLIVEIRA no dia 29/01/2026 às 11:41:48 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento PÂMELA TOLENTINO BACELAR RODRIGUES no dia 05/02/2026 às 17:08:14 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten SUELI HOFFMANN DE OLIVEIRA no dia 03/03/2026 às 19:13:36 no horário oficial de Brasília.

BASE AÉREA DE CAMPOGRANDE

Estudo Técnico Preliminar 81/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 67261.008626/2025-21

2. Descrição da necessidade

1. Aquisição de material e peças para manutenção de máquinas e equipamentos para oficinas, conforme Anexo I - Relação de Itens, com a finalidade de atender às necessidades da Base Aérea de Campo Grande (BACG).
2. Cabe informar que a falta destes materiais afeta diretamente a segurança do trabalho e o desempenho dos setores da BACG, impossibilitando a conservação e manutenção de suas máquinas e equipamentos, trazendo prejuízos para a realização dos seus serviços rotineiros.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
ESQUADRÃO DE INFRAESTRUTURA	1º Ten QOCON ADM DAIANE MATOS DE OLIVEIRA PATUSSI

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

1.1. Para os itens abaixo relacionados, cuja atividade de fabricação, industrialização, importação ou comércio é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante, importador ou comerciante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981:

1.1.1. Para o fabricante de baterias: FTE-Categoria: Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações; Código: 5-1; Descrição: Fabricação de pilhas, baterias e outros acumuladores - a fabricação de baterias e acumuladores para veículos automotores;

1.1.2 Para o importador de baterias : FTE-Categoria: Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio; Código: 18- 81; Descrição: Comércio de produtos químicos e produtos perigosos – Resolução CONAMA nº 401/2008 - a importação de pilhas e baterias do sistema eletroquímico chumbo-ácido, bem como dos produtos que as contenham;

1.1.3. Para o fabricante de óleo lubrificante: FTE-Categoria: Indústria Química; Código: 15-2; Descrição: fabricação de produtos derivados do processamento de petróleo, de rochas betuminosas e da madeira - a fabricação de óleos lubrificantes básicos, em primeiro refino; - a fabricação de óleo lubrificante acabado; - a fabricação de óleos lubrificantes com aditivos;

1.1.4. Para o comerciante de óleo lubrificante: FTE-Categoria: Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio; Código: 18-6; Descrição: Comércio de combustíveis e derivados de petróleo - o comércio atacadista de derivados de petróleo e obrigado a autorização ou a licenciamento ambiental por órgão competente; - o comércio varejista de derivados de petróleo e obrigado a autorização ou a licenciamento ambiental por órgão competente.

1.1.5. Para o importador de óleo lubrificante : FTE-Categoria: Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio; Código: 18-13; Descrição: Comércio de produtos químicos e produtos perigosos – Resolução CONAMA nº 362 /2005 - a importação de óleo lubrificante acabado, controlado pela Resolução CONAMA nº 362, de 2005;

3.5. É dever da empresa orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da Lei no 13.709, de 14 de agosto de 2018.

3.6. Caso seja admitida subcontratação, o instrumento de subcontratação deverá estabelecer para a subcontratada os deveres da presente cláusula expressamente.

3.7. A Administração poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a contratada atender os pedidos de comprovação eventualmente efetuados.

3.8. Diante de eventual solicitação de titular de dados, a contratada deverá prestar as informações a que alude o art. 9º da LGPD ou, em sendo o caso, informação acerca do descarte realizado.

3.9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos; os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5. Levantamento de Mercado

1. Para suprir a necessidade de manutenção de máquinas e equipamentos, a análise de mercado considerou as seguintes soluções:

1.1. **Aquisição Direta de Peças e Componentes** (com execução dos serviços por pessoal próprio da OM); e

1.2. **Contratação de Empresa Especializada** (prestação de serviços de manutenção e reparos)

2. Análise de Viabilidade Técnica e Econômica: A Contratação de Empresa Especializada (item b) foi verificada como a alternativa **mais onerosa** para esta Organização Militar. Considerando que a maior parte da demanda de manutenção da unidade possui **características de baixa a média complexidade** e pode ser atendida pelos **militares capacitados** em seu quadro funcional, o custo da terceirização se torna excessivamente alto em relação ao benefício. A contratação de serviços só seria economicamente justificável para ações de natureza mais complexa e de grande porte.

3. **Conclusão:** Portanto, a Aquisição Direta de Peças e Componentes (item a) é a solução que apresenta a melhor relação custo-benefício e a maior viabilidade operacional para atender à demanda de manutenções de rotina e preventivas da OM.

6. Descrição da solução como um todo

1. Aquisição de material e peças para manutenção de máquinas e equipamentos para oficinas, conforme Anexo I - Relação de Itens, com a finalidade de atender às necessidades da Base Aérea de Campo Grande (BACG), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e no Anexo I – Relação de Itens, a ser realizada por meio de pregão eletrônico, através do Sistema de Registro de Preços.

2. Acredita-se, que este modelo, torna o processo mais enxuto e reduz desperdícios de tempo e informação, facilitando a gestão contratual e o gerenciamento de riscos, com redução de procedimentos administrativos, além de reduzir custos financeiros, bem como, viabilizar o critério de economicidade para a Administração.

3. Sendo assim, tal solução é a mais viável, pois os materiais contemplados neste certame são imprescindíveis e inerentes, proporcionando a manutenção de máquinas e equipamentos adequados e seguros para o desenvolvimento das atividades, além de serem desempenhadas pelos militares capacitados desta Organização gerando um atendimento mais célere e preciso.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

1. A estimativa das quantidades a serem adquiridas foi obtida em função do número de máquinas e equipamentos que necessitam de manutenção, conforme Anexo II - Histórico de Consumo, atendo-se a eventuais ocorrências vindouras capazes de impactar o quantitativo demandado, a exemplo das operações militares que podem ocorrer na BACG, sendo estimada uma quantidade necessária para atender às demandas das Oficinas da SSG durante o período de 01 (um) ano.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 112.442,42

O custo estimado da aquisição é de R\$ 112.442,42 (cento e doze mil ,quatrocentos e quarenta e dois reais e quarenta e dois centavos), cujos valores foram obtidos a partir de orçamentos captados no Sistema de Pesquisa de Preços do Governo Federal.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

1. A equipe de planejamento avaliou que a solução é divisível em itens, a opção pelo Parcelamento é a mais vantajosa e alinha-se ao princípio da competitividade, pois o objeto é naturalmente divisível em lotes sem prejuízo da manutenção, permitindo a participação de empresas especializadas e otimizando a proposta de preços. Além disso, o fracionamento é crucial para a gestão orçamentária, distribuindo os custos ao longo do Exercício.
2. Considerando o disposto na Lei nº 14.133 e no Decreto nº 11.462, órgãos não participantes do certame estão impedidos de aderir à Ata de Registro de Preços, sendo esta restrição fundamental para garantir a eficácia e a eficiência na condução da contratação, limitando a capacidade de gestão do órgão gerenciador a um número controlado de participantes.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

1. Este processo possui correlação com o seu anterior, NUP: 67261.007207/2024-91 referente a aquisição de material para manutenção de máquinas e equipamentos para oficinas.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

1. O processo de aquisição dos materiais foi planejado com base no Calendário Anual de Licitações para o ano de 2025, código do processo no PTA nº BACG25MAT025.
2. Também está em consonância com o Plano de Logística Sustentável - PLS da BACG, que tem como objetivo instituir e implantar projetos que estabeleçam práticas de sustentabilidade.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

1. A contratação proporcionará ganhos cruciais, focando primariamente na Garantia da Continuidade Operacional das máquinas e equipamentos críticos, reduzindo o tempo de inatividade e prolongando a vida útil dos ativos. Economicamente, o benefício reside na Redução de Custos com Manutenção Emergencial (que são mais caros), oferecendo maior previsibilidade orçamentária e assegurando a conformidade legal e o desempenho dos equipamentos. O resultado final é a otimização da eficiência e a eficácia na entrega dos serviços institucionais.

13. Providências a serem Adotadas

1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.
5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

1. De acordo com as previsões do Art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, serão exigidos neste certame os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, além daqueles citados no item 4 deste termo:

- 1.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
 - 1.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
 - 1.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
 - 1.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
2. Na presente contratação será admitida a indicação marca(s), característica(s) ou modelo(s), tendo em vista que a descrição do objeto a ser licitado será mais bem compreendida pela identificação das marcas ou modelos contidos no Anexo I - Relação de Itens, aptos a servir apenas como referência.
 3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
 4. Por ser uma contratação de bens comuns, não haverá a necessidade de garantia da contratação, uma vez que o objeto será cumprido no momento da entrega do material.
 5. De acordo com as previsões do Art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, serão exigidos neste certame os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:
 - 5.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
 - 5.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
 - 5.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
 - 5.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Tendo em vista atender às demandas de material para manutenção de máquinas e equipamentos para oficinas da Base Aérea de Campo Grande (BACG), com a finalidade de manter a operacionalidade das oficinas e setores da BACG que utilizam tais máquinas e equipamentos, com a devida segurança, efetividade e desenvolvimento sustentável, possibilitando a realização de manutenções preventivas e corretivas e diante da prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DAIANE MATOS DE OLIVEIRA PATUSSI

Membro da comissão de contratação

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

BASE AÉREA DE CAMPOGRANDE

Matriz de Gerenciamento de Riscos 52/2025

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
52/2025	FLAVIO RODRIGUES ELIOTERIO DE OLIVEIRA	31/10/2025 12:46
Status da Matriz de Alocação de Riscos		
Concluído (Planejamento)		
Objeto da Matriz de Riscos		
AQUISIÇÃO DE MATERIAL / PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA BASE AÉREA DE CAMPO GRANDE.		

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Descrição dos itens com baixa qualidade.	Falta de detalhamento e especificidade na descrição dos itens.	Planejamento	Administração	Alto	
	Impactos					
1	Prejuízo para a Administração Pública, em termos de qualidade do material, resultando em um serviço repetitivo sem eficácia.					
	Ações Preventivas					
P-01	Capacitação da equipe que elabora os documentos, garantindo que eles tenham conhecimento técnico para descrever os itens com precisão.			Responsável: DAIANE MATOS DE OLIVEIRA PATUSSI		
	Ações de Contingência					
C-01	Suspender imediatamente a licitação ao identificar a falha, o que evita que o processo continue com erros. Em seguida, é preciso revisar e corrigir o edital para depois republicá-lo, dando um novo prazo para os interessados.			Responsável: RUTH BOMFIM NUNES		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Questionamentos e ressalvas efetuadas pela CJU	Deficiente elaboração dos documentos iniciais do processo licitatório.	Planejamento	Administração	Alto	
	Impactos					
1	Atraso no processo licitatório, devido aos ajustes que se fizerem necessários.					
	Ações Preventivas					
P-01	Confeccionar toda a documentação do processo licitatório de acordo com a legislação em vigor.			Responsável: DAIANE MATOS DE OLIVEIRA PATUSSI		
P-02	Encaminhar o processo à CJU dentro do prazo previsto.			Responsável: RUTH BOMFIM NUNES		
	Ações de Contingência					
C-01	Efetuar as correções apontadas pela CJU e revisar o Planejamento da Contratação.			Responsáveis: DAIANE MATOS DE OLIVEIRA PATUSSI, RUTH BOMFIM NUNES		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Atraso na publicação do Edital	Atrasos na confecção dos documentos do processo licitatório, conferência das documentações ou correção dos óbices apontados.	Planejamento	Administração	Alto	
	Impactos					
1	Risco de comprometer o atendimento da demanda, dado o término da Ata de Registro de Preços anterior e as necessidades de consumo diário dos materiais.					
	Ações Preventivas					
P-01	Cumprir o cronograma do Calendário de Licitações.			Responsável: DAIANE MATOS DE OLIVEIRA PATUSSI		
	Ações de Contingência					
C-01	Revisar e estabelecer prazos para o processo de aquisição.			Responsável: DAIANE MATOS DE OLIVEIRA PATUSSI		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Questionamentos efetuados pelos fornecedores.	Falha na descrição dos documentos iniciais do processo.	Seleção do Fornecedor	Administração	Alto	
Impactos						
1	Possibilidade de atraso no processo licitatório ou impugnação do edital.					
Ações Preventivas						
P-01	Conferência dos documentos iniciais do processo licitatório.			Responsáveis: ALYSSON GOMES CORREA, DAIANE MATOS DE OLIVEIRA PATUSSI		
Ações de Contingência						
C-01	Revisar os itens questionados solicitando os devidos esclarecimentos junto aos setores requisitantes.			Responsáveis: ALYSSON GOMES CORREA, DAIANE MATOS DE OLIVEIRA PATUSSI		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Impugnação do processo licitatório.	Impugnação impetrada pelos fornecedores.	Seleção do Fornecedor	Administração	Alto	
Impactos						
1	Atraso no processo licitatório e não atendimento da demanda no prazo necessário, comprometendo as atividades dos setores requisitantes.					
Ações Preventivas						
P-01	Revisar a documentação técnica e jurídica antes da publicação do edital.			Responsáveis: RUTH BOMFIM NUNES, ALYSSON GOMES CORREA		
Ações de Contingência						
C-01	Corrigir ou reiniciar o processo licitatório.			Responsável: DAIANE MATOS DE OLIVEIRA PATUSSI		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-06	Material não atende as especificações dos setores requisitantes.	Falha na conferência do material no momento do recebimento.	Gestão de Contrato	Administração	Alto	
Impactos						
1	Não atendimento das demandas, afetando as atividades dos setores requisitantes.					
Ações Preventivas						
P-01	Acompanhamento rigoroso da solicitação e do recebimento dos materiais, bem como apontamento das discrepâncias junto à Contratada para que as falhas apuradas sejam corrigidas.			Responsáveis: ALINE GLEYCE DE MELO ARAUJO, ALISSON DA GUARDA		
P-02	Cumprimento dos prazos previstos para efetivação dos pedidos e recebimento do material.			Responsáveis: ALISSON DA GUARDA, ALINE GLEYCE DE MELO ARAUJO		
Ações de Contingência						
C-01	Notificar a empresa contratada, alertando sobre as discrepâncias encontradas e, se for o caso, abrir processo administrativo para aplicação de sanções. Responsável: ALISSON DA GUARDA					

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Nenhum responsável assinante incluído.



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Mapa de Riscos
Data/Hora de Criação:	14/01/2026 17:43:34
Páginas do Documento:	2
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	3
Hash MD5:	8d189494a883ba7b8b9e250fa975dc80
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten DAIANE MATOS DE OLIVEIRA no dia 29/01/2026 às 11:41:47 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento PÂMELA TOLENTINO BACELAR RODRIGUES no dia 05/02/2026 às 17:08:13 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten SUELI HOFFMANN DE OLIVEIRA no dia 03/03/2026 às 19:13:36 no horário oficial de Brasília.

MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021



MINISTÉRIO DA DEFESA COMANDO DA AERONÁUTICA BASE AÉREA DE CAMPO GRANDE

Processo Administrativo nº 67261.008626/2025-21

Ata de Registro de Preços nº XX/BACG/2025

A União, Comando da Aeronáutica, por meio da Base Aérea de Campo Grande, CNPJ nº 00.394.429/0007-04, com sede na Avenida Duque de Caxias, 2905, Bairro Santo Antônio, Campo Grande/MS, neste ato representada pelo....., Ordenador de Despesas, portador da matrícula funcional nº XXXXX COMAER, designado para o cargo pelo Boletim Interno nº XXX, de dd de mmmm de aaaa, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **90050/2026**, publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º 67261.008626/2025-21 RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a **aquisição de material/peças para manutenção de máquinas e equipamentos**, para atender demanda da Base Aérea de Campo Grande (BACG), especificado no Termo de Referência, Anexo I do edital do Pregão nº 90050/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

- 2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será a Base Aérea de Campo Grande (BACG)
- 3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

- 4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
 - 5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
 - 5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
 - 5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
 - 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
 - 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
 - 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
 - 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

- 5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
 - 6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
 - 6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
 - 7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
 - 7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
 - 7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao

gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

- 7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
- 7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou às entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
 - 8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
 - 8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

- 8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
 - 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
 - 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 9.4.1. Por razão de interesse público;
 - 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
 - 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

- 10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

- 10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
- 10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

- 11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.
- 11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Segundo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Segundo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Data/Hora de Criação:	19/03/2026 17:04:28
Páginas do Documento:	8
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	9
Hash MD5:	3dd888e59506f1ffc8b6372c2dc0f1
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten DANIEL LUCAS EBRENZ no dia 20/03/2026 às 11:01:01 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten SUELI HOFFMANN DE OLIVEIRA no dia 25/03/2026 às 10:30:37 no horário oficial de Brasília.

MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE CAMPO GRANDE

(Processo Administrativo nº 67261.008626/2025-21)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

A União, por intermédio do Ministério da Defesa, por meio do Comando da Aeronáutica, representada pela Base Aérea de Campo Grande, situado à Av. Duque de Caxias, nº 2905, Bairro Santo Antônio, Campo Grande-MS, inscrito no CNPJ sob nº 00.394.429/0191-20, neste ato representada pelo seu Comandante, designado para o cargo pelo Boletim Interno nº XXX, de DD de MMMM de AAAA, portador da Identidade Funcional nº.....COMAER, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) pelo(a) Sr.(a)..... (nome e função no contratado), portador da Matrícula funcional nº, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº **67261.008626/2025-21** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 90050/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **aquisição de material e peças para a manutenção de máquinas e equipamentos**, para atender demanda da Base Aérea de Campo Grande (BACG), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE	QUANTIDADE	VALOR	VALOR
------	---------------	--------	------------	------------	-------	-------

			MEDIDA		UNITÁRIO	TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de um ano, contados da data de recebimento da Nota de Empenho pelo Fornecedor, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, de acordo com as condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Termo de Referência.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis;

8.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.16. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em XXXXX, Seção Judiciária de XXXXX para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	CONTRATO
Data/Hora de Criação:	19/03/2026 17:05:16
Páginas do Documento:	8
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	9
Hash MD5:	053e1fcdb263b88061cd994610c2e264
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten DANIEL LUCAS EBRENZ no dia 20/03/2026 às 11:01:01 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten SUELI HOFFMANN DE OLIVEIRA no dia 25/03/2026 às 10:30:37 no horário oficial de Brasília.



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE CAMPO GRANDE

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

(Processo Administrativo nº 67261.008626/2025-21)

PREGÃO ELETRÔNICO nº 90050/BACG/2026

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, estabelecida no(a) _____, para futura e **eventual contratação de** _____, visando atender às necessidades Base Aérea de Campo Grande, pelos próximos 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital do **Pregão nº 90050/2026** e seus anexos.

Item	Descrição/Objeto	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	xxxx	xx	xx	R\$ xxxx	R\$ xxxx
2	yyyy	yy	yy	R\$ yyyy	R\$ yyyy

Valor unitário = R\$ (... por extenso...)

Valor total = R\$ (... por extenso ...)

Declaro estar incluso nos preços da proposta, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com mão-de-obra, impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto desta licitação.

Prazo de validade da proposta: xx (xxxx) dias (**mínimo 120 dias**).

Prazo de entrega: conforme estabelecido no Edital e seus anexos.

Dados bancários:

Banco:

Agência:

Conta Corrente:

E-mail de contato:

Telefone de contato:

Representante Legal:

Cidade, Data

Assinatura do Representante da Empresa



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	PROPOSTA
Data/Hora de Criação:	19/03/2026 17:07:45
Páginas do Documento:	1
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	2
Hash MD5:	6b48d982e953e8b33caf0000c2d5bc2a
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten DANIEL LUCAS EBRENZ no dia 20/03/2026 às 11:01:01 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten SUELI HOFFMANN DE OLIVEIRA no dia 25/03/2026 às 10:30:37 no horário oficial de Brasília.



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	PREGÃO PRONTO 90050/2026
Data/Hora de Criação:	22/04/2026 18:36:27
Páginas do Documento:	81
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	82
Hash MD5:	6f01ee5ef302aff62455fa9f1a675025
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Int FABIANA MAGALHÃES DOS SANTOS no dia 23/04/2026 às 08:41:29 no horário oficial de Brasília.